

Congresso reabre com ritmo dado pelo Poder Executivo

Luís Eduardo Costa

O Congresso Nacional reinicia suas atividades na próxima quinta-feira em clima de grande expectativa com o anúncio das primeiras medidas que o futuro Governo deverá tomar. Seu papel será de grande importância para a implementação dos planos de Fernando Collor de Mello, principalmente na área econômica e administrativa, já que muitas das medidas terão que ser aprovadas pelo legislativo, a não ser que senadores e deputados aprovem uma lei delegada dando poderes ao presidente de tomar as providências que achar necessárias para colocar em prática seu plano de Governo. O senador Nelson Carneiro, presidente do Congresso, acha que o ritmo do Legislativo neste ano será dado pelo Poder Executivo.

Um outro complicador para o funcionamento do Congresso este ano será a eleição de 3 de outubro. A esmagadora maioria dos deputados se candidatará à reeleição e é bem previsível que estejam preocupados com "as bases", como costumam dizer. O senador Nelson Carneiro prevê muitas sessões extraordinárias e esforços concentrados para o Legislativo dar conta do serviço no primeiro semestre. Depois do recesso de julho, principalmente nos meses de agosto e setembro, encontrar um deputado na Câmara será tão difícil quanto achar uma agulha no palheiro. O presidente em exercício da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), assegura que o sistema de funcionamento do Legislativo será o mesmo do ano passado. As sessões plenárias de terça, quarta e quinta-feira serão destinadas a votações e deliberações e as de segunda e sexta-feira a debates e pronunciamentos.

As comissões técnicas da Casa, que com o novo regimento interno tiveram o seu número reduzido de 16 para 13 e passaram a ter poder terminativo — podem aprovar projetos sem a apreciação do plenário da Câmara —, terão esquema de funcionamento semelhante. Terça e quarta-feira será para a discussão e votação e a quinta-feira será reservada para as audiências públicas.

Pauta obstruída

No Senado a pauta de votação está praticamente desobstruída, segundo o senador Nelson Carneiro, mas no Congresso e na Câmara a situação está complicada. Para começar, há 37 projetos de lei para renovação ou concessão de emissoras de rádio ou televisão que estão obstruindo a pauta de votação. Enquanto as lideranças não se acertarem, outras matérias igualmente polêmicas, e que regulamentam a Constituição, como as leis que definem a política agrícola, política mineral, política nacional de saúde, o novo código de defesa do consumidor e o plano de custeio e benefício da previdência social, não poderão ser votadas.

Lideranças

Na quarta-feira Inocêncio de Oliveira pretende reunir as lide-

ranças da Câmara em que o tema central da discussão será a costura de uma pauta de votação para o início dos trabalhos legislativos. O presidente em exercício da Câmara lembra que, pelo novo regimento interno da Casa, há uma pauta mensal de votação, elaborada após a concordância de todos os líderes.

Mas toda essa tramitação normal dos trabalhos legislativos pode ser alterada em função das medidas que o futuro Governo vier a tomar, pois é o Congresso, que ganhou mais poderes com a nova Constituição, que terá que deliberar sobre os atos do Executivo. A

situação pode se complicar se o presidente vier a adotar as medidas provisórias ou a lei delegada para baixar atos nos primeiros dias de seu Governo. Como serão medidas de impacto, como se anuncia, e dizem respeito a reforma administrativa, privatização e diminuição da intervenção do Estado na economia, certamente haverá muito debate, obstrução e manobras parlamentares que tomarão todo o tempo de deputados e senadores em intensas negociações políticas, como é comum em situações como essas.

O deputado Amaury Muller (PDT-RS), candidato à liderança do

seu partido, acha que o Congresso deva dar prioridade a temas que ele considera fundamentais, como a lei agrícola e o plano de custeio e benefício da previdência. Mas, segundo Muller, isso só será possível se "o presidente tiver o bom senso de evitar medidas provisórias". O deputado também não vê sentido na adoção delegada. No seu entendimento, a via do projeto de lei seria mais fácil e não suscitaria grande debate. A posição do deputado pedetista confirma que o debate e a polêmica no Congresso nesse início de legislatura serão no mínimo intensos.

Arquivo 03/03/89



Nelson Carneiro prevê muitas sessões extraordinárias e esforços concentrados.